

José Francisco Guelfi Campos
(organizador)

ARQUIVOS PESSOAIS
experiências, reflexões, perspectivas

Associação de Arquivistas de São Paulo (ARQ-SP)
São Paulo
2017

Copyright © 2017 dos autores
Todos os direitos desta edição reservados à Associação de Arquivistas de São Paulo
Reprodução autorizada, desde que citada a fonte

ASSOCIAÇÃO DE ARQUIVISTAS DE SÃO PAULO

Diretoria

Ana Célia Navarro de Andrade (presidente)
Clarissa Moreira dos Santos Schmidt (vice-presidente)
Alessandra Andrade França Barbosa (secretária)
Fátima Aparecida Colombo Paletta (tesoureira)

Comissão de cursos e eventos

José Francisco Guelfi Campos (coord.)
Ana Célia Navarro de Andrade
Ana Maria de Almeida Camargo
Clarissa Moreira dos Santos Schmidt
Maria de Lourdes Ferreira

Comissão editorial

Ana Maria de Almeida Camargo (coord.)
Heloísa Liberalli Bellotto
Johanna Wilhelmina Smit

Arquivos pessoais : experiências, reflexões, perspectivas [recurso eletrônico]
/ organização José Francisco Guelfi Campos ; Associação de Arquivistas de
São Paulo. -- São Paulo: ARQ-SP, 2017.
134 p. ; 21 cm. -- (Eventus, 4).

Trabalhos apresentados no I Encontro "Arquivos pessoais : experiências,
reflexões, perspectivas", realizado em maio de 2015, na Universidade de
São Paulo (USP).
Inclui bibliografia
E-book
ISBN 978-85-65797-14-6

1. Arquivos pessoais I. Campos, José Francisco Guelfi II. Associação de
Arquivistas de São Paulo II. Título III. Série.

CDD – 025.1

Ficha elaborada por Andre Vieira de Freitas Araujo (CRB-8: 6831)

ARQ-SP
Avenida Prof. Lineu Prestes, 338, Sala N – Cidade Universitária
05508-000 – São Paulo – SP
(11) 3091-3795
www.arqsp.org.br

Arquivos pessoais e a memória das instituições: o caso da Universidade de São Paulo

José Francisco Guelfi Campos
Lílian Miranda Bezerra

Não é de hoje que os chamados arquivos pessoais despertam o interesse de pesquisadores de diversas áreas do conhecimento. Tampouco é recente a preocupação dos profissionais de arquivo a respeito desses conjuntos documentais de características especiais, contornos fluidos e indefinidos, que tão frequentemente reúnem documentos em suportes e formatos os mais inusitados.

Contudo, é preciso levar em conta que o potencial dos arquivos acumulados por indivíduos nem sempre é bem explorado, sobretudo no âmbito das instituições. As reflexões que pretendemos compartilhar derivam dos resultados obtidos por dois projetos que, dotados de objetivos semelhantes, complementaram-se de maneira singular e particularmente feliz.

O que está em jogo, nessa discussão, é a preservação da memória da maior instituição de ensino superior e pesquisa científica do Brasil, a Universidade de São Paulo, que, em 2014, completou 80 anos de existência. Quais são os elementos que conformam a memória de uma universidade como a USP? Qual é a relevância dos arquivos pessoais de seus professores e pesquisadores? Assumindo a importância desses conjuntos documentais, como fontes valiosas para o estudo e para a revisão da história da instituição, quais os desafios implicados no sentido de preservá-los, difundi-los e fomentar ações no sentido de disponibilizá-los para a consulta?

“Albergues da memória”

Ao definir os arquivos pessoais, a arquivista espanhola Joana Escobedo (2006) os caracterizou como “albergues de uma memória dotada de singularidade”. De fato, ao espelharem a vida de seus titulares na ampla e complexa gama das atividades por eles desempenhadas, dos eventos vividos e de suas malhas de relacionamento

familiar, social e profissional, os documentos acumulados por indivíduos guardam a capacidade de refletir a existência e representar os traços da personalidade de seus criadores.

Contudo, convém questionar se o que representam é, de fato, a memória de seus titulares. Em artigo provocador, Laura Millar (2006) lançou a dúvida: as fotografias reunidas em um álbum, um diploma pendurado na parede ou o programa de um congresso são, por si sós, nossa memória das atividades ou dos eventos que motivaram sua produção e acumulação?

Para continuar a explorar a questão, convém refletir sobre o que significa esse termo a que se recorre tão frequentemente, e que, de tão banalizado, parece ter adquirido sentido tácito. Não é difícil observarmos, entre os arquivistas, o emprego estratégico – e, muitas vezes, inadvertido – da associação entre arquivos e memória como forma de explicar e justificar a natureza de seu trabalho, sem, contudo, discuti-la em perspectiva crítica, com vistas a incrementar e sustentar sua própria prática.

Acercar-se da literatura especializada é tarefa desafiadora, haja vista que o campo dos estudos sobre a memória é, no dizer de Margaret Hedstrom (2010, p. 164), “amplo e amorfo”. Estudiosos de diversas áreas vêm dedicando atenção ao assunto e a gama de enfoques é, de fato, surpreendente, abrangendo os domínios da antropologia, da história, da literatura, da psicologia, da neurociência, entre outros.

Mas não só os especialistas se interessam pelo tema. Sua amplitude se estende também para além do meio acadêmico, chamando a atenção da sociedade como um todo. Como observou Meneses (1999), os Estados, grupos sociais, as minorias étnicas e sexuais, escolas, agremiações, associações, entidades políticas e empresas têm atuado de forma cada vez mais efetiva no desenvolvimento de difusão e promoção de suas memórias, valendo-se da criação de monumentos, memoriais, museus, centros de memória e da ação dos meios de comunicação e, modernamente, das redes de relacionamento social pela internet. Para Paolo Rossi (2010, p. 25), uma grande “demanda de passado” e o ressurgimento de temáticas aparentemente marginais ou superadas, encontram-se entre as razões que explicam as “paixões atuais pelo tema”. É daí que parece nascer a contradição flagrada pelo antropólogo Joël Candau (2012, p. III) entre a supervalorização da memória e do passado e a fascinação incontida pelo “tempo real”. A urgência em documentar materialmente o passado, remoto ou imediato, põe em evidência o estado delicado da memória na contemporaneidade, oscilando entre a efervescência e a crise, sublinhando uma de suas qualidades indelévelis: a efemeridade.

Seguindo a trilha do estudo de Millar (2006), os documentos de arquivo, a despeito de registrarem e testemunharem as atividades que lhes deram origem, atuam como “gatilhos” ou pedras de toque no desencadeamento de processos de rememoração. Michael Piggott (2005, p. 307) chamou a atenção para a não centralidade dos arquivos na missão de transmitir a memória e a cultura dos grupos sociais; embora seu ponto de vista frustre, de certa forma, aqueles que veem as instituições arquivísticas como dispositivos medulares, indispensáveis, quis o

arquivista australiano observar que as tradições orais, as cerimônias e até mesmo a paisagem assumem, em muitos casos, papel relevante para a recordação do passado. Some-se a esses elementos, para além da função dos monumentos e do patrimônio arquitetônico, tudo o mais que conforma o patrimônio imaterial – datas, costumes, ritos, folclore, culinária, em suma, os pontos de referência que nos inserem na memória da coletividade a que pertencemos, como sugere Pollak (1989, p. 3) – e veremos como os arquivos desempenham papel coadjuvante na representação, autorização e modelagem da memória, em consórcio com outros mediadores e equipamentos culturais, embora, muitas vezes, assumam de fato a condição de protagonistas desses processos.

A par desta discussão, creditamos aos arquivos o papel que lhes cabe: ainda que não sejam, por excelência, protagonistas, aliam forças para construção e consolidação de memórias sociais e/ou institucionais e sua importância será tanto maior quanto menos marcarem terreno os demais elementos envolvidos na reconstrução do passado. É neste contexto que se inserem os dois projetos aqui enfocados.

Dois projetos, um objetivo

As considerações apresentadas nesse artigo derivam do desenvolvimento de duas pesquisas que, a despeito de suas especificidades, partilhavam objetivos em comum, o que resultou em frutífera parceria. O primeiro projeto, pesquisa de mestrado intitulada “Preservando a memória da ciência brasileira: os arquivos pessoais de professores e pesquisadores da Universidade de São Paulo”, iniciado em fevereiro de 2012 e concluído em junho de 2014, teve por objetivo mapear a existência de arquivos pessoais de docentes (aposentados ou falecidos) nas unidades da USP, em oito cidades localizadas no Estado de São Paulo¹, oferecendo diagnóstico circunstanciado da realidade observada, fundamentado em discussão teórica sobre as características desses conjuntos documentais, enquadrando-os no controverso debate acerca da definição conceitual dos “arquivos pessoais” e dos chamados “arquivos científicos” e da relação delicada entre arquivos e memória, sobretudo no âmbito das instituições.

Partilhando de interesses semelhantes, o Arquivo Geral da Universidade de São Paulo reuniu, em meados de 2012, um grupo composto por representantes de diferentes áreas para formular o projeto “Por uma política de preservação da memória da docência e da pesquisa na USP”, financiado por edital especial da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária (PRCEU)². Por tratar-se de projeto

¹ No âmbito deste projeto foram visitadas 49 unidades, entre faculdades, institutos, bibliotecas, museus e centros de memória, 26 das quais em parceria com o Arquivo Geral da USP. Desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, a pesquisa foi orientada pela Profa. Dra. Ana Maria de Almeida Camargo e financiada pela FAPESP.

² O projeto foi elaborado conjuntamente por Ana Maria de Almeida Camargo (Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas), Dina Elisabete Uliana (Faculdade de Arquitetura e Urbanismo), Elisabete Marin Ribas (Instituto de Estudos Brasileiros), Johanna Wilhelmina Smit (Escola de Comunicações e Artes/Arquivo Geral), José Francisco Guelfi Campos (Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas / Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo), Lílían Miranda Bezerra (Arquivo Geral) e Silvana Karpinski (Museu de Arte

com menor prazo para execução, teve por âmbito de ação apenas as unidades acadêmicas localizadas nos limites da Cidade Universitária “Armando de Salles Oliveira”, em São Paulo.³ Enquanto a pesquisa de mestrado objetivava, além das discussões teóricas, a publicação de um guia dos acervos mapeados, o projeto do Arquivo Geral contemplou, entre seus objetivos, a criação de um banco de dados capaz de reunir os dados obtidos durante a pesquisa⁴.

Ambas as iniciativas partiram de uma questão comum: ao completar oitenta anos de existência, e reconhecida internacionalmente como instituição de excelência em ensino e pesquisa, a USP ainda atribui pouco valor à sua própria história e à memória de seus docentes, muitos dos quais figuras de grande relevância no cenário científico nacional e internacional. Nosso objetivo comum foi o de reunir subsídios para a criação de uma política institucional de memória universitária que atente ao papel do docente/pesquisador, a fim de nortear a preservação de seu patrimônio documental, cultural e intelectual.

Em lugar da coleta de dados por meio de questionários, enviados por correio convencional ou eletrônico aos interessados, como é usual em pesquisas de diagnóstico, para a consecução desses dois estudos exploratórios optamos pela visita presencial às unidades acadêmicas que compunham o nosso escopo.

No âmbito no projeto coordenado pelo Arquivo Geral as visitas ocorreram diariamente nos turnos da manhã e da tarde, e contavam com a participação de um coordenador e dois estagiários por período.

Em ambos os projetos o diagnóstico se fez por meio de dois instrumentos: o Formulário de Diagnóstico de Acervos e a Tabela de Identificação de Documentos.

O primeiro formulário se destinava à identificação geral do acervo: nome do titular, estado de conservação, tratamento técnico, unidade/órgão e responsável pela guarda, assim como informações pertinentes ao controle do trabalho de campo (equipe responsável pela visita e data).

A Tabela de Identificação de Documentos surgiu como desdobramento do campo “conteúdo” do Formulário de Diagnóstico e como resposta à necessidade de contextualização. Visava à identificação do documento em associação com a atividade que lhe deu origem. Iniciado o diagnóstico e confrontados com a diversidade documental, fez-se imperativa a criação de categorias genéricas de classificação como único meio possível de conferir inteligibilidade à documentação, quais sejam:

- Discência
- Docência e Pesquisa
- Gestão
- Identificação

Contemporânea). Agradecemos a Ana Sílvia Pires, Bárbara Júlia Menezello Leitão, Edison de Carvalho Macedo, Helena Akemi Missumi, Maria Cristina de Oliveira Costa, Marli Marques de Souza Vargas e Valdir de Araújo Vieira Junior, pelo apoio indispensável para a condução de diferentes etapas da pesquisa.

³ No âmbito deste projeto foram visitadas 26 unidades, entre faculdades, institutos, bibliotecas, museus e centros de memória.

⁴ Trata-se do banco de dados *Docere*, acessível por meio do site do Arquivo Geral da USP (www.usp.br/arquivogeral), que reúne informações coletadas no âmbito dos dois projetos aqui apresentados.

- Vida funcional
- Outros Documentos

Por serem as atividades de docência e pesquisa o foco de nosso trabalho e por as entendermos de modo articulado e indissociável, as consideramos em conjunto e as desdobramos em 14 subatividades:

- Propor e ministrar disciplinas
- Dar pareceres para conselhos, programas, comissões, órgãos de fomento, periódicos etc.
- Propor cursos, alterações em estrutura curricular ou organização de programas de pós-graduação
- Orientar alunos de graduação ou pós-graduação
- Participar (como avaliador ou candidato) em bancas e concursos
- Proferir palestras e ministrar cursos em outras instituições
- Executar projeto de pesquisa
- Solicitar apoio para a pesquisa
- Participar de congressos e reuniões científicas ou organizá-los
- Vincular-se a associações científicas ou profissionais
- Manter correspondência profissional
- Publicar
- Prestar consultoria à iniciativa pública ou privada
- Receber prêmios e homenagens

Como nossos objetivos e o tempo de execução não contemplavam pesquisa criteriosa acerca dos diferentes acervos e titulares, bem como a descrição minuciosa de seus documentos, nos vimos obrigados a criar a categoria “outros documentos”, o que deixa evidente, primeiro, que era sobre as demais classes de documentos que voltávamos nossos olhos, com destaque para a docência e pesquisa; segundo, que em projetos de grande envergadura e extensão, escolhas e recortes se fazem necessários, ainda que algumas vezes conflitem com aquilo que acreditamos ser o mais adequado.

Nesse sentido, a opção pelo trabalho de campo, apesar de garantir maior acuidade à sondagem, acarretou uma série de situações que expõem, mais do que as dificuldades inerentes a tal iniciativa, os meandros da burocracia e da dinâmica de funcionamento de uma instituição complexa como a Universidade de São Paulo.

Em busca dos arquivos perdidos: o trabalho de campo e seus percalços

Embora o projeto de mestrado estivesse em vigência meses antes do projeto coordenado pelo Arquivo Geral, foi no âmbito deste último que consolidamos as bases metodológicas do trabalho de campo. Esta primazia foi consequência de algumas vantagens institucionais, tais como: podermos contar com a força política

que o Arquivo Geral, enquanto órgão central do Sistema de Arquivos da USP (SAUSP), poderia oferecer juntamente com seu aparato administrativo; e com o respaldo político e financeiro da PRCEU, afinal, o edital especial ao qual estávamos vinculados, por dispor de verba específica, nos dava a possibilidade de contratação de pessoas e serviços para a realização desse projeto.

Apesar de os editais especiais abrangerem todos os campi e gozarem de divulgação institucional, resolvemos, tendo em vista a grandeza e a complexidade da universidade, remeter ofício protocolado a todos os diretores de unidades a fim de explicar nossos propósitos, garantir nossa entrada nos prédios e solicitar a indicação de interlocutor alocado na unidade. Cientes da importância desse interlocutor para o bom andamento da pesquisa, tomamos o cuidado de sugerir aos respectivos diretores a indicação de pessoas que tivessem boas relações e bom trânsito nas respectivas unidades e/ou que tivessem interesse, afinidade de trabalho e que fossem sensíveis à temática do projeto. Como não tínhamos como conhecer o primeiro aspecto, nos garantimos na indicação de perfil para o segundo, assim, partimos do pressuposto de que Assistentes Acadêmicos, Chefes de Bibliotecas e Presidentes das Comissões Setoriais do SAUSP poderiam intermediar nosso acesso.

Ainda que a decisão final coubesse aos diretores e, portanto, que não estivéssemos imunes a escolhas incompatíveis com o perfil sugerido, em todas as unidades percorridas nossos primeiros interlocutores foram bibliotecários, muitos dos quais chefes de bibliotecas, ou assistentes acadêmicos. Apenas no Instituto de Biociências aliou-se à indicação de bibliotecário o nome de um docente reconhecido como afeito às questões de história e memória.

Embora nosso contato inicial tenha sido feito com o interlocutor indicado, na dinâmica do trabalho nem sempre foi ele quem conseguiu nos guiar aos acervos que buscávamos. Na verdade, foi preciso estabelecer redes de contatos internas, alicerçadas no conhecimento e na memória de funcionários e docentes com quem conversávamos.

Não foi raro nos depararmos com interlocutores iniciais que desconheciam a existência de qualquer documentação que se enquadrasse no perfil da pesquisa, esse retorno demandou, primeiro, que insistíssemos, elaborando formas variadas de explicar o que procurávamos; segundo, que estabelecêssemos um procedimento, que tinha por fim, conversar com o maior número de pessoas e percorrer o maior espaço possível dentro dos prédios.

Assim, a pessoa inicialmente indicada, quando não designou outra que o fizesse, cumpriu conosco a tarefa de percorrer todos os departamentos e secretarias de cada unidade, apresentando-nos e deixando que explicássemos nossos objetivos. A todos os secretários pedimos que nos auxiliassem, conversando com outros funcionários e docentes e enviando, a todos os professores em atividade ou não, um e-mail no qual esclarecíamos os objetivos do projeto e pedíamos o retorno daqueles que acreditassem poder ajudar.

Como dito anteriormente, o estabelecimento da “rede de contatos” foi imposto pela dinâmica do trabalho e, sobretudo, pela resposta negativa ou desencorajadora que não raro recebíamos. Percebemos que se não circulássemos pelos corredores e salas, se não nos fizéssemos notar, muito provavelmente nada

encontraríamos, e os arquivos que almejávamos permaneceriam na zona de penumbra na qual se encontravam, e que abarcaria também nosso trabalho e nossa passagem por ali, se não tivéssemos tomado a iniciativa de insistir, de tentar mais uma vez.

Vale notar que a despeito de nossa vontade de cumprir nossos fins e mapear, no limite, a totalidade dos arquivos existentes, sempre estivemos sujeitos ao bom funcionamento dessas redes, ou seja, nada nos poderia garantir que estivéssemos conversando com o interlocutor mais adequado, conhecedor do maior número de pessoas, que tivesse melhor trânsito ou fosse sensível às questões que nos ocupavam. Nada nos garantia que todos os e-mails tivessem sido enviados, recebidos, lidos e compreendidos por seus destinatários. O estabelecimento de uma boa rede era crucial e tivemos que conviver com a incerteza de a havermos alcançado ou não.

Para além da rede de contatos, o tempo de execução de que dispúnhamos conflitou, por vezes, com o tempo de resposta das pessoas: fomos procurados por docentes interessados em contribuir com o projeto tempos depois de terminado o trabalho de campo, e também houve setores de unidades que não puderam ser mapeados por se encontrarem em reforma durante todo este período de realização do diagnóstico, o que expõe facetas do funcionamento da instituição.

A realidade universitária também pode ser percebida por outros vieses. Aquilo que acreditávamos nos conferir força, a saber: a vinculação à Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária, por meio de um edital especial, mostrou-se pouco relevante ao longo do trabalho, isso porque foram poucos os funcionários e docentes que conheciam ou tinham ouvido falar desses editais. Na verdade, aqueles que os conheciam estavam também vinculados a eles. Assim, não fomos poupados de explicar, em diversas e diversas ocasiões, no âmbito do projeto coordenado pelo Arquivo Geral, a qual dos editais especiais nos vinculávamos.

A falta de clareza acerca dos editais e, conseqüentemente, de sua forma de execução burocrática chegou a abranger, inclusive, funcionários alocados na própria PRCEU. Não se trata aqui de atacar funcionários ou desmerecer, de forma generalizante, o funcionalismo público, mas de evidenciar a fraqueza de nossa comunicação institucional. Fraqueza esta que permitiu que dentro do próprio órgão promotor de tão importante iniciativa houvesse desconhecimento acerca de seus trâmites financeiros e contábeis, estendendo-se aos setores financeiros e contábeis de outras unidades e órgãos que não souberam como agir diante de algo aparentemente novo, sobre o qual não receberam orientação e treinamento.

Neste mesmo sentido, a realidade uspiana se impôs ao frustrarmos nossas expectativas no tocante à contratação de serviços de terceiros, que, prevista em edital, não explicitava os modos como deveria ser realizada.

Por tratar-se de edital especial, supúnhamos maior facilidade e agilidade na contratação desses serviços, a saber, quatro bolsistas para execução do trabalho de campo e de um especialista terceirizado de informática para desenvolvimento de banco de dados. E qual não foi nossa surpresa ao nos depararmos com os trâmites corriqueiros de contratação de estagiários, sujeitos às exigências e prazos institucionais, e à obrigatoriedade de apresentarmos, no tocante ao terceirizado de

informática, três orçamentos distintos para contratação de serviços com valores inferiores ao teto de licitação?!

O processo de contratação do profissional de informática foi especialmente penoso, dando-nos a impressão de que não conseguiríamos cumprir um elemento essencial para a plena consecução de nossos objetivos – a elaboração de um banco de dados, um dos produtos finais do projeto – e obrigando-nos, no projeto coordenado pelo Arquivo Geral, a estender em quatro meses o período de execução.

Mais dificuldades encontramos em relação ao conceitual atinente à área de arquivos. Ainda que o Sistema de Arquivos da Universidade de São Paulo esteja em funcionamento desde 1997, e que muito se tenha caminhado em relação à sua institucionalização, à disseminação de princípios arquivísticos e ao estabelecimento de diretrizes, não podemos negar o longo caminho ainda por percorrer. A realização desse projeto apenas prova algo que supúnhamos: o desconhecimento acerca do conceito de arquivo, de forma geral, e de arquivo pessoal, mais especificamente.

Apesar de estarmos cientes da linha tênue e muitas vezes indefinida que separa o arquivo pessoal de um docente do conjunto de documentos institucionais sobre os docentes, e de não pressupormos que as pessoas deveriam estar a par dessa discussão, era flagrante entre aqueles com quem conversávamos (com raríssimas exceções) a total, ou quase total, incompreensão do universo conceitual que circunda a arquivologia.

O trabalho de campo, por nos colocar diante de pessoas das mais variadas formações e níveis de estudo, nos obrigou a um duplo exercício: de linguagem, na tentativa de tornar mais palatáveis alguns conceitos; e de percepção, no sentido de tentar decifrar, diante do contato rápido com os interlocutores, quais “caminhos” de comparação e conhecimento poderíamos acionar para sermos compreendidos.

Outras questões institucionais também puderam ser vislumbradas, tais como alguns excessos de burocratização, centralização de atividades⁵ e casos de espaços e documentos públicos sendo tratados como pequenas esferas privadas de poder.

Pudemos notar, ainda que superficialmente, a existência de culturas bem particulares. Se por um lado encontramos sensibilidade e cuidado com histórias e memórias locais, por outro, conhecemos o total desleixo e o vazio; se em alguns locais a exposição verbal de motivos bastava para dar início ao trabalho, em outros, nos foram exigidos papéis para além daqueles que já havíamos, a priori, remetido.

Ainda podemos citar os problemas oriundos do deslocamento, tendo em vista a grandiosidade da Universidade de São Paulo, a existência de campi localizados à grande distância da capital, de não dispormos de transporte exclusivo destinado a nossas atividades de campo e de tê-las realizado, sob sol, frio ou chuva, exclusivamente com uso de transporte circular ou transporte público coletivo.

Ora, também nos cumpre salientar dificuldades inerentes à subjetividade de qualquer trabalho humano. No projeto coordenado pelo Arquivo Geral, erámos

⁵ Em certa unidade, transcorrida a conversa inicial, a pessoa designada não mais conseguiu, ao longo de 5 meses, espaço em sua agenda para nos receber e tampouco indicou alguém que a substituísse, por mais que insistíssemos.

seis integrantes e, portanto, seis cabeças distintas trabalhando com uma realidade documental muitas vezes desconhecida ou mesmo inimaginável.

A falta de padronização na redação e a indefinição, ou o emprego inadvertido, de espécies documentais foi algo patente ao longo de todo o trabalho, cabendo a nós a nomeação, ainda que genérica, da documentação. Se a preocupação com o estabelecimento de metodologia de trabalho esteve presente desde o princípio, e nunca houvesse saído de nosso horizonte, não podemos negligenciar eventuais incorreções e imprecisões decorrentes da falta de tempo hábil para nos dedicarmos a cada novo arquivo encontrado; da falta de experiência anterior em trabalhos dessa monta, ou, no caso dos estagiários, de qualquer experiência na área de arquivos⁶; da multiplicidade de documentos e realidades encontradas⁷; e da necessidade de estudos aprofundados em diplomática e tipologia documental, além da sabida complexidade que os circunda.

Cabe frisar que a rigorosa identificação e descrição documental não faziam parte de nossos objetivos, mas o próprio trabalho nos impôs a genérica classificação e identificação dos documentos, como meio possível para sua contextualização.

Mais do que elencar mazelas, quisemos aqui evidenciar os percalços, rotineiros ou não, inerentes às pesquisas que recorrem ao trabalho de campo. A despeito de todos os contratemplos, imprevistos e dificuldades enfrentadas, é inegável o valor da experiência prática para a consolidação, contestação e alargamento do conhecimento teórico.

Os arquivos de professores e a memória da USP

Os arquivos de professores universitários se encontram na encruzilhada dos debates sobre a caracterização dos arquivos pessoais e dos chamados “arquivos científicos”. Se por um lado, ostentam as marcas de seus produtores, refletindo as atividades e os eventos da vida dos indivíduos que motivaram a acumulação dos documentos, por outro não deixam de se relacionar intimamente com as etapas que constituem o fazer docente e científico. Para compreendê-los e sondar as especificidades de sua natureza, é preciso combinar aportes de múltiplas áreas do conhecimento, em especial, a arquivística e a sociologia da ciência, seguindo a trilha aberta pelos estudos de Santos (2012, 2010).

Ana Maria Camargo (2009) observou, em artigo inspirador, a ambiguidade da expressão “arquivos pessoais”, que pode levar a entendimentos diversos, algo que se mostrou recorrente na abordagem dos interlocutores com quem tratamos ao longo do trabalho de campo. A situação mais frequente foi a confusão entre os papéis acumulados pelos docentes, e deixados em seus escritórios e laboratórios

⁶ Oriundos de cursos de graduação em História, Ciências Sociais e Letras, os estagiários receberam treinamento e assistiram a palestras sobre a história da universidade, os conceitos da Arquivologia e o funcionamento do Arquivo Geral e do Sistema de Arquivos da USP. Participaram também de reuniões periódicas com os coordenadores do trabalho de campo, em que também participaram Ana Maria de Almeida Camargo e Johanna W. Smit, a quem dirigimos nossos agradecimentos.

⁷ Deparamo-nos com arquivos de docentes em diferentes níveis de organização, desde documentos jogados em espaços sujos e sem qualquer estrutura, até arquivos organizados, identificados e acessíveis à consulta.

após o desligamento funcional, e aqueles acumulados pela própria instituição, em suas secretarias e departamentos de pessoal, sobre a vida funcional desses professores.

A pouca ou nenhuma familiaridade dos servidores da USP com conceitos da arquivística, a despeito de muitos deles trabalharem diariamente com a gestão dos arquivos de suas unidades e deles se valerem para a viabilização das funções administrativas cotidianas, abre espaço para a discussão a respeito do caráter público ou privado dos documentos no âmbito da instituição. Muitas foram as vezes em que nossos interlocutores nos apresentaram prontuários e processos administrativos, afirmando serem aqueles os arquivos “pessoais” dos docentes que interessariam à nossa pesquisa.

Não deixa de importar, aqui, retomar uma questão que muito ouvimos de nossos interlocutores durante a realização das duas etapas do trabalho de campo: “para que servem esses montes de papel velho?”. Se pensarmos no tripé das funções em que se sustenta a universidade, quais sejam, ensino, pesquisa e extensão, perceberemos que os documentos presentes nos arquivos institucionais não são capazes de representá-las em seus estágios intermediários, ou seja, na ampla gama de atividades que concorrem para a sua viabilização em sala de aula ou nos laboratórios. Apontamentos de aula ou de pesquisa, apostilas, provas, trabalhos de alunos e tantos outros documentos presentes nos arquivos pessoais dos próprios docentes revelam o potencial informativo desses conjuntos documentais que, por tanto tempo, estiveram à margem das políticas de preservação de arquivos, sujeitos a todo tipo de reveses e contingências: são capazes de flagrar tais atividades e, portanto, franquear a reconstituição da história da instituição sobre novos pontos de vista, justamente pela óptica de suas atividades finalísticas e dos agentes encarregados de sua consecução.

Por uma memória universitária: caminhos e descaminhos

O resultado final de ambos os projetos de pesquisa revelou o destino de 280 arquivos pessoais de professores da Universidade de São Paulo, existentes em 37 das 49 unidades visitadas. A preservação daqueles que não são recolhidos por seus titulares, quando de seu desligamento funcional, está sujeita à força das circunstâncias e a análise de cada caso nos dá o retrato de um quadro fragmentário, do qual privilegiaremos, aqui, apenas alguns aspectos.⁸

O primeiro deles diz respeito à dispersão. Durante o trabalho de campo, localizamos arquivos de professores, ou suas parcelas, em bibliotecas, centros de memória ou de documentação, depósitos, laboratórios, museus, gabinetes de professores, secretarias, sedes de núcleos ou grupos de pesquisa e em setores de arquivo, expediente e protocolo. Pouco se sabe sobre como esses documentos foram parar nos lugares em que atualmente se encontram; mesmo em unidades que dispõem de centros de memória ou museus, raros são os casos em que a

⁸ Para um diagnóstico circunstanciado, ver Campos (2014).

transferência de tais arquivos tenha sido formalizada por instrumentos legais (processos administrativos, termos de doação, testamentos, entre outros).

A despeito da informalidade que marca a transferência dos documentos, mais da metade dos arquivos mapeados vêm sendo objeto de trabalhos no sentido de organizá-los e torná-los disponíveis para a consulta, muitos dos quais já contando com algum tipo de instrumento de pesquisa (em diferentes níveis de descrição) ou figurando em bases de dados que permitem o acesso local ou remoto às informações sobre os acervos. Esse dado não implica, contudo, que a organização de tais arquivos seja movimento em marcha na maioria das unidades visitadas. À guisa de exemplo, 72 dos 83 arquivos com organização em andamento se encontram no Museu da Faculdade de Medicina. Das 37 unidades que dispõem de arquivos de professores, apenas 9 vêm se dedicando de forma regular ao tratamento documental (Campos, 2014).

Com relação à possibilidade de acesso aos documentos, é possível observar certo equilíbrio no universo dos arquivos mapeados. Dos 280 conjuntos documentais, 169 estão, atualmente, abertos para a consulta, contra 103 de acesso restrito e 8 cujo acesso está sujeito a restrições parciais impostas pelos responsáveis pela custódia.

A situação retratada evidencia a existência de um patrimônio documental rico e multifacetado, obscurecido por contingências institucionais que jogam contra a sua divulgação, razão pela qual permanece desconhecido por boa parte da comunidade uspiana, sobretudo por seus gestores, e descortina horizonte promissor para a discussão em torno de um tema tão capcioso quanto fundamental: a criação de um projeto memorial, comprometido com a preservação e o resgate dos elementos que permitam a construção de conhecimento novo sobre a história da instituição.

São muitos os desafios e as controvérsias que circundam o debate. O primeiro deles diz respeito ao escopo e ao alcance do projeto. A despeito da relevância atestada dos arquivos pessoais de professores, por que não contemplar, de maneira mais ampla, a preservação da memória da vivência universitária? É o que procura fazer, por exemplo, a Harvard University, por meio de seu arquivo universitário, destinado a documentar a vida intelectual, cultural, administrativa e social da instituição e das comunidades vizinhas.⁹

Atualmente, a política de preservação da memória institucional da USP contempla a produção bibliográfica dos docentes, teses e dissertações defendidas, informação sobre processos administrativos e os registros das transações operadas nos sistemas corporativos de gestão. Mas e tudo o mais que escapa à administração, não teria serventia para o conhecimento mais aprofundado sobre a instituição? Por que não integrar à política memorial também a preservação de seu patrimônio arquitetônico, os registros das mobilizações estudantis e de seus funcionários, das ações que buscam aproximar a academia da comunidade?

Assumindo a preservação de arquivos de seus professores e pesquisadores como um dos elementos contemplados pela política memorial da universidade,

⁹ Veja-se a política de formação de acervo do Arquivo Universitário de Harvard, disponível em: <http://library.harvard.edu/university-archives/donating-materials/policies>.

outras questões ganham corpo. Quem seriam os doadores em potencial? A pergunta, aparentemente ingênua, aponta um dilema que resvala em consequências éticas. O critério hierárquico parece ter pouco valor nessa difícil decisão, pois nada garante que o arquivo de um professor que gozou, ao longo da carreira, de maior sucesso editorial ou que atingiu maior prestígio e os degraus mais altos da carreira docente seja, de fato, mais representativo que o arquivo daquele que não se submeteu, por opção ou por força das circunstâncias, a concursos de livre-docência ou titularidade. A ênfase deve recair, portanto, não sobre o peso do nome do doador em potencial, mas sobre a representatividade de seus documentos.

Para tanto, é preciso definir com clareza quais atividades se pretende documentar e quais os documentos mais representativos. Mais importante que definir quais docentes comporiam o “panteão” da memória universitária, pois no limite todos interessariam, competiria discutir quais critérios adotar na eleição dos documentos que se pretende preservar.

Convém levar em consideração a necessidade de se reconhecer na docência e na pesquisa o seu caráter de prática social, produzida em ambientes específicos (a universidade, o laboratório, o campo), sob influência constante de fatores externos. Diante disso, qual o sentido de se recolher apenas os documentos produzidos pelo docente em âmbito institucional, desconsiderando aqueles que, apesar de não ostentarem à primeira vista sua ligação com o universo da docência e da pesquisa, podem constituir fontes auxiliares para a compreensão das estratégias, das opções intelectuais e do envolvimento de seus criadores com a universidade?

Para além da dimensão ética do debate, convém ainda considerar as questões legais envolvidas na divulgação dos documentos, que resvalam não apenas na proteção de dados pessoais, como também no resguardo de informações decorrentes de projetos de pesquisa, levando em conta sua natureza e seu potencial de interesse. Trata-se de debate nebuloso, cujos desdobramentos excedem as intenções desse artigo, mas que, certamente, demandam maior e mais cuidadoso aprofundamento.

Uma política memorial, implementada em âmbito institucional, implica também na criação de mecanismos específicos que permitam a sua consecução. Como vimos, a informalidade e, muitas vezes, o improvisado dão o tom das ações de preservação de arquivos pessoais na Universidade de São Paulo. A regulamentação de financiamento, a contratação de especialistas e o treinamento dos funcionários em atividade são elementos os quais não se pode negligenciar. Imprescindível será, ainda, o desenvolvimento de diretrizes específicas e normativas, ações a serem encampadas por órgão competente, capaz de integrar profissionais de distintas áreas do conhecimento e de contemplar as diferentes culturas locais próprias de cada faculdade ou instituto que compõe a universidade.

Como se percebe, a tarefa é complexa e, por que não, assustadora. Um primeiro passo, contudo, foi dado no sentido de reunir os subsídios necessários para colocá-la em marcha. Se a função primordial dos arquivos é servir à comunidade, é preciso permitir que se façam notar. Disponível para acesso público, por meio do site do Arquivo Geral da USP, o banco de dados Docere reúne a

descrição sumária dos 280 arquivos pessoais mapeados no âmbito dos dois projetos aqui apresentados. Com ele acreditamos cumprir dupla função: mapear e evidenciar o tamanho do problema, ao mesmo tempo em que estimulamos e facilitamos a pesquisa a tais acervos (desconhecidos pela maioria da comunidade uspiana), uma vez que o banco de dados reúne informações não apenas sobre a documentação existente, mas também sobre o local onde se encontra, as condições de acesso e os contatos dos responsáveis pela custódia.

Referências

ARQUIVO GERAL DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Projeto Memória Docente. Apresenta o projeto, oferece materiais de apoio e dá acesso ao banco de dados Docere. Disponível em: <http://www.usp.br/arquivogeral/?page_id=1616>. Acesso em: 27 maio 2015.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Arquivos pessoais são arquivos. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, ano XLV, n. 2, p. 26-39, jul.-dez. 2009.

CAMPOS, José Francisco Guelfi. *Preservando a memória da ciência brasileira: os arquivos pessoais de professores e pesquisadores da Universidade de São Paulo*. São Paulo, 2014, 251 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

CANDAU, Joël. *Memória e identidade*. Trad. Maria Leticia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2012.

ESCOBEDO, Joana. Los caminos de la memoria. Archivos personales. In: SEMINARIO DE ARCHIVOS PERSONALES, Madrid, 26 a 28 de mayo de 2004. Madrid: Biblioteca Nacional, 2006, p. 55-79.

HEDSTROM, Margaret. Archives and collective memory: more than a metaphor, less than an analogy. In: EASTWOOD, Terry; MacNEIL, Heather (Ed.). *Currents of archival thinking*. Santa Barbara: Libraries Unlimited, 2010, p. 163-179.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. A crise da memória, história e documento: reflexões para um tempo de transformações. In: SILVA, Zélia Lopes da (org.). *Arquivos, patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas*. São Paulo: Editora Unesp; Fapesp, 1999, p. 11-29.

MILLAR, Laura. Touchstones: considering the relationship between memory and archives. *Archivaria*, Ottawa, n. 61, p. 105-126, spring 2006.

PIGGOTT, Michael. Archives and memory. In: McKEMMISH, Sue et al. (Ed.). *Archives: recordkeeping in society*. Wagga Wagga: Centre for Information Studies, 2005, p. 299-328.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

ROSSI, Paolo. *O passado, a memória, o esquecimento: seis ensaios da história das ideias*. Trad. Nilson Moulin. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

SANTOS, Paulo Roberto Elian dos. *Arquivos de cientistas: gênese documental e procedimentos de organização*. São Paulo: ARQ-SP, 2012. (Thesis, 1)

SANTOS, Paulo Roberto Elian dos. *Arquivística no laboratório: história, teoria e métodos de uma ciência*. Rio de Janeiro: Faperj, 2010.